

FUCAPE BUSINESS SCHOOL

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

COMITÊ INSTITUCIONAL

Dr. Edvan Soares de Oliveira (Coordenador)

Dra. Patrícia Pain

Dr. Wilson Eduardo Ikeda

COMITÊ EXTERNO

Dr. Pablo Ornelas Rosa

Dra. Roberta de Sousa Almeida

Dra. Virginia Aparecida Castro

RESUMO DOS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC 2025-2026**PESQUISA 1**

Título: EVA e EBITDA e sua Associação com o Retorno das Ações na B3: Evidências de Empresas Não Financeiras no Período de 2020 a 2024

Proponente: Leonardo de Oliveira Boa

Discente (bolsista): Julia Butzlaff Gums;
Mateus Patez de Souza Paneto.

Agência Financiadora: Fapes

Resumo:

A análise do desempenho empresarial e sua repercussão no mercado de capitais constitui um dos pilares das finanças corporativas. Esta pesquisa teve por objetivo comparar o poder explicativo incremental do Economic Value Added (EVA) e do EBITDA sobre o retorno das ações de empresas não financeiras listadas na B3, avaliando de forma complementar a estratégia buy-and-hold e a sensibilidade dessa relação à intensidade de capital das empresas. A pesquisa adotou abordagem quantitativa, com regressões em painel com efeitos fixos de empresa sobre uma amostra final de 150 empresas: o painel de dados contábeis cobre o período de 2020 a 2024, enquanto a especificação completa dos modelos; que inclui a variável de controle Momentum; foi estimada para 2021 a 2024, em razão da janela de preços exigida para o cálculo dessa variável. Foram estimados três modelos em estrutura horse-race, com aplicação do Teste de Vuong e de um modelo conjunto com as duas métricas para comparação do poder explicativo incremental de cada uma. Complementarmente, foram construídas carteiras hipotéticas segundo a estratégia buy-and-hold e estimado um modelo de interação entre o EVA e a intensidade de capital. Os resultados indicam que o EVA apresentou associação estatisticamente mais forte com o retorno das ações (significância a 1%) do que o EBITDA (significância apenas a 10%), e manteve significância mesmo em um modelo conjunto com as duas métricas; entretanto, o Teste de Vuong não identificou diferença estatisticamente significativa no poder explicativo dos dois modelos, de modo que não foi possível comprovar superioridade estatística de uma métrica sobre a outra. A estratégia buy-and-hold e o teste de interação com a intensidade de capital não encontraram suporte estatístico. Os resultados contribuem para a literatura de value relevance no contexto brasileiro, sobretudo por examinarem o período de 2020 a 2024, marcado por elevação expressiva da taxa de juros, e oferecem subsídios para investidores, analistas e gestores na avaliação comparativa de métricas de desempenho.

PESQUISA 2

Título: Gênero e Poder nas Organizações: mulheres em cargos de liderança no setor público e privado

Proponente: Livia Salvador Cani

Discente (bolsista): Brunna Rosa Balestrero

Agência financiadora: Fapes

Resumo:

A participação feminina em cargos de liderança nas organizações tem aumentado nas últimas décadas, mas ainda persistem barreiras estruturais e simbólicas que dificultam o acesso e a permanência das mulheres nos níveis mais altos de poder. Nesse contexto, esta pesquisa aborda a liderança feminina nos setores público e privado, buscando compreender como as barreiras de gênero se manifestam nesses diferentes ambientes organizacionais e de que forma são enfrentadas pelas mulheres. O problema de pesquisa concentra-se na seguinte questão: como as barreiras de gênero na liderança se manifestam e são enfrentadas de modo distinto por mulheres gestoras do setor público e do setor privado? O objetivo geral foi analisar comparativamente os desafios, as estratégias de enfrentamento e as percepções de mulheres em cargos de liderança nos setores público e privado. Especificamente, buscou-se identificar as principais barreiras de acesso e permanência em posições de liderança, compreender as estratégias utilizadas para lidar com essas barreiras e comparar as dinâmicas institucionais dos dois setores em relação à promoção da equidade de gênero. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo e comparativo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade com duas gestoras, sendo uma do setor público, atuante na área de educação, e outra do setor privado, atualmente em posição de diretoria. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, com categorização temática, considerando aspectos relacionados à trajetória profissional, barreiras de gênero e credibilidade, estratégias de enfrentamento, conciliação entre vida pessoal e profissional, cultura organizacional e políticas de equidade. A análise foi articulada a uma revisão integrativa da literatura sobre liderança feminina e conceitos como teto de vidro, labirinto profissional e penhasco de vidro. Os achados demonstram que as barreiras de gênero estão presentes tanto no setor público quanto no privado, porém assumem formas distintas. Em ambos os contextos, a competência e a autoridade das mulheres são constantemente questionadas, exigindo comprovação contínua. No setor público, as barreiras aparecem de forma mais velada, relacionadas à cultura institucional e à resistência de subordinados. No setor privado, destacam-se a exigência de qualificação superior à dos homens e a presença de estereótipos e julgamentos sobre o comportamento feminino. Além disso, ambos os contextos apresentam avanços na participação feminina, mas ainda carecem de políticas formais e institucionalizadas de equidade de gênero.

PESQUISA 3

Título: Eficiência Judiciária: Impactos no Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Espírito Santo

Proponente: Octavio Locatelli

Discente (bolsista): Maria Clara Callegari Cóta

Agência financiadora: CNPq

Resumo:

O desenvolvimento socioeconômico é usualmente concebido como resultado da articulação entre fatores sociais, econômicos, territoriais e políticos. Nesse contexto, a dimensão jurisdicional raramente integra essa análise, pois os estudos jurídicos priorizam a estrutura normativa interna e relegam a segundo plano sua inserção institucional e seus efeitos econômicos. Assim, o Direito é frequentemente examinado de forma autocentrada, com limitada articulação interdisciplinar e pouca atenção a seus desdobramentos. Em contraposição a essa limitação, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre a eficiência do Poder Judiciário e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Espírito Santo. Para isso, foram construídos dois indicadores de eficiência judicial a partir de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), posteriormente analisados em conjunto com variáveis socioeconômicas obtidas junto ao IBGE e à Findes/ES, incluindo PIB per capita, IDHM, níveis de escolarização, extensão territorial, inserção em região metropolitana e atratividade de grandes empresas. O modelo empírico adotado baseia-se na Análise Econômica do Direito (AED) e utiliza regressões lineares para identificar o impacto da eficiência jurisdicional sobre o desempenho econômico municipal. Os resultados indicam a existência de efeito positivo e estatisticamente relevante entre maior eficiência judicial e melhores indicadores socioeconômicos. Municípios que apresentam maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional tendem a atrair investimentos produtivos, reforçando a segurança jurídica como elemento estratégico para o desenvolvimento local. A previsibilidade institucional reduz custos de transação, mitiga riscos e contribui para a tomada de decisões econômicas mais eficientes. Nesse contexto, a eficiência do sistema de justiça emerge como diferencial competitivo capaz de favorecer a abertura de empresas, a celebração de contratos e a instalação de grandes empreendimentos. Os achados também oferecem subsídios para formuladores de políticas públicas e gestores do sistema de justiça, ao indicar que melhorias institucionais podem fortalecer o ambiente de negócios e promover crescimento sustentável. Além disso, a análise permite identificar municípios que se destacam como referências em boas práticas institucionais, orientando estratégias de desenvolvimento e atração de investimentos.

PESQUISA 4

Título: REGISTRO IMOBILIÁRIO E VALOR DE MERCADO: Uma análise comparativa entre imóveis formais e informais no bairro Maria Ortiz, Vitória/ES.

Proponente: Octavio Locatelli

Discente (bolsista): Thífany Lima Bueno

Agência financiadora: CNPq

Resumo:

Este estudo tem como objetivo analisar em que medida a ausência de registro formal de propriedade está associada à redução do valor econômico dos imóveis, tomando como evidência a diferença no valor por metro quadrado entre imóveis formais e informais dentro do mesmo bairro. A pesquisa utiliza uma amostra de anúncios de venda de imóveis residenciais localizados no bairro Maria Ortiz, no município de Vitória, Espírito Santo, coletados em portais eletrônicos de compra e venda de imóveis. Os imóveis são classificados como formais ou informais a partir da linguagem empregada nos próprios anúncios.

PESQUISA 5

Título: Hard skills e soft skills na educação superior: desvelando habilidades de alunos de cursos de Business e Law.

Proponente: Sabrina Oliveira de Figueiredo

Discente (bolsista): Andressa de Souza de Moura;
Gylian Dantas Rocha;
Henrique Santos Ferreira.

Agência financiadora: CNPq e Fapes

Resumo:

O presente estudo teve como objetivo compreender as habilidades (hard skills e soft skills) adquiridas por alunos de cursos de Direito, comparando com as exigências do mercado de trabalho. A pesquisa buscou identificar possíveis lacunas entre a formação acadêmica e as competências demandadas no exercício profissional, considerando tanto a perspectiva dos estudantes quanto a de profissionais da advocacia. Adotou-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, combinando pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Inicialmente, foi realizado levantamento bibliográfico sobre hard skills, soft skills e gestão de competências, seguido de análise comparativa das matrizes curriculares de quatro instituições de ensino superior. Na etapa de campo, foram entrevistados oito profissionais com atuação na advocacia privada e quatro estagiários de cursos de Direito, utilizando roteiros de entrevistas semiestruturadas, posteriormente analisadas por meio da análise temática. Os resultados da análise curricular indicaram que as instituições apresentam uma formação jurídica técnica comum, mas diferem quanto à incorporação intencional de competências comportamentais, como comunicação, trabalho em equipe, tomada de decisão, resolução de problemas e pensamento analítico. As entrevistas evidenciaram convergência entre profissionais e estudantes quanto à relevância das soft skills e à necessidade de ampliar conhecimentos relacionados à Contabilidade, Finanças e Inteligência Artificial. Os achados sugerem que o distanciamento entre a formação acadêmica e as demandas do mercado está menos relacionado ao domínio do conhecimento jurídico e mais associado ao desenvolvimento de competências de gestão, relacionamento interpessoal e compreensão de aspectos empresariais. Como resultado, foi elaborado um framework de competências para a atuação jurídica contemporânea.

PESQUISA 6

Título: O Direito Penal não é a Cinderela

Proponente: Ricardo Tadeu Penitente Genelhú

Discente (bolsista): Letícia Candotte de Castro

Agência financiadora: Fapes

Resumo:

A pesquisa analisa criticamente a Teoria Geral do Processo e sua aplicação ao processo penal brasileiro, investigando a necessidade de releitura das categorias processuais clássicas diante da Constituição Federal de 1988. O problema consiste em verificar se conceitos construídos sob uma perspectiva unitária do processo são suficientes para explicar e limitar a persecução penal em um Estado Democrático de Direito. O objetivo geral é examinar jurisdição, ação, defesa, competência, contraditório, ampla defesa, presunção de inocência, imparcialidade, nulidades e prova, articulando a obra-base com a Constituição Federal, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a doutrina e a jurisprudência do STF e do STJ. A pesquisa possui natureza teórica, abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, utilizando pesquisa bibliográfica e documental e análise jurídico-dogmática. Os resultados demonstram que a Teoria Geral do Processo continua oferecendo categorias importantes para a compreensão da atividade jurisdicional, mas sua transposição para o processo penal exige cautela, pois a persecução criminal envolve assimetria de poder, possibilidade de restrição da liberdade e incidência especialmente intensa de garantias fundamentais. Constatou-se que o sistema acusatório, a imparcialidade judicial, a presunção de inocência, a defesa efetiva, a licitude da prova e a cadeia de custódia funcionam como limites constitucionais ao poder punitivo. Conclui-se que a legitimidade do processo penal não decorre apenas da busca por eficiência ou da aplicação da lei penal, mas da observância de um procedimento constitucionalmente adequado e compatível com a dignidade da pessoa humana.

PESQUISA 7

Título: Licença para Crescer: Políticas Pós-Maternidade e a Preservação do Capital Humano Feminino

Proponente: Edvan Soares de Oliveira

Discente (bolsista): Flavia Ramos Netto;

Nicoli Thayna Buzeli Pereira;

Sarah Valente Almeida Balmant;

Daniel Corrêa Nobre Borges (voluntário)

Agência financiadora: CNPq

Resumo:

O estudo analisa o impacto das políticas de proteção pós-maternidade sobre o crescimento econômico de longo prazo, investigando o capital humano feminino como canal mediador dessa relação. Complementarmente, examina as dimensões normativa (Legal), estrutural (Suporte) e fiscalizatória (Aplicação) dessas políticas, bem como o papel da fiscalização na efetividade dos demais pilares. A pesquisa utiliza dados internacionais do Banco Mundial organizados em duas amostras complementares: um painel histórico de 2010 a 2025, baseado no Women, Business and the Law (WBL 1.0), e um painel contemporâneo de 2024–2025, fundamentado na estrutura ampliada do WBL 2.0. A estratégia empírica emprega modelos de regressão linear múltipla e procedimentos de mediação, permitindo decompor a relação investigada em efeitos diretos, indiretos e totais. Os resultados mostram que o capital humano feminino constitui um importante elo entre as políticas pós-maternidade e o desempenho econômico. Essas políticas mostram-se relevantes principalmente por contribuírem para preservar capacidades produtivas femininas que podem ser depreciadas, interrompidas ou subutilizadas após a maternidade. Essa relação não se limita ao curto prazo, mas persiste e se acumula ao longo do tempo, indicando que a preservação da trajetória profissional feminina pode produzir efeitos econômicos duradouros. Os resultados também revelam que os efeitos indiretos, transmitidos pelo capital humano feminino, são mais sistemáticos do que os efeitos diretos das políticas sobre o PIB per capita. Além disso, as evidências indicam que direitos formais, suporte institucional e fiscalização atuam de maneira complementar. A maior fiscalização fortalece a relação dos pilares Legal e de Suporte com o crescimento econômico por meio da preservação do capital humano feminino. Os achados demonstram, portanto, que formar capital humano feminino não é suficiente para garantir seu aproveitamento econômico: são necessárias condições institucionais que permitam às mulheres preservar e utilizar suas competências após a maternidade. Assim, as políticas pós-maternidade ultrapassam seu papel de proteção social e assumem relevância econômica ao reduzir rupturas profissionais, preservar capacidades produtivas acumuladas e favorecer sua permanência no sistema produtivo. O estudo destaca, desse modo, a importância de articular direitos, estruturas de apoio e mecanismos que assegurem seu efetivo cumprimento.

PESQUISA 8

Título: Gestão Pública baseada em evidências: a ciência a serviço da eficiência e qualidade da res publica

Proponente: Sabrina Oliveira de Figueiredo

Discente (bolsista): Heitor Carrara do Nascimento

Agência financiadora: Fapes

Resumo:

O presente estudo analisa a Gestão Pública Baseada em Evidências (GPBE) aplicada ao programa CNH Social no Espírito Santo (CNH Social-ES), iniciativa do Governo do Estado coordenada pelo Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (DETRAN|ES), que oferece a Carteira Nacional de Habilitação gratuita a cidadãos de baixa renda. O problema investigado decorre da baixa relação entre o número de vagas ofertadas pelo programa e o número de candidatos que efetivamente concluem o processo de habilitação, sobretudo entre o público feminino. A pesquisa teve como objetivo geral identificar, por meio de dados, as causas das desistências dos candidatos contemplados e propor recomendações ao DETRAN|ES capazes de aumentar a taxa de conclusão do processo e melhorar a eficiência dos gastos públicos associados ao programa. Quanto à metodologia, adotou-se abordagem quali- quantitativa, de natureza aplicada e caráter exploratório-descritivo, combinando a análise documental/estatística de dados secundários fornecidos pelo DETRAN|ES (número de beneficiários, distribuição por gênero e município, etapa de saída do processo) com a coleta de dados primários por meio de questionário aplicado, via Instagram, a mulheres não contempladas pelo benefício. Os resultados indicaram que, dos candidatos selecionados em 2024, apenas cerca de 34% concluíram integralmente o processo, sendo a ausência de registro inicial (15%) e a distância entre o domicílio dos contemplados e as clínicas credenciadas os principais entraves identificados. Entre as mulheres pesquisadas, destacaram-se a falta de retorno e transparência sobre o resultado do processo e o tempo médio elevado de tentativas, além de associação direta entre a nota de satisfação atribuída ao programa e a experiência prévia de contemplação. A partir desses achados, foram propostas três recomendações à Gestão Pública: adoção de critério de seleção que priorize candidatos nunca sorteados, comunicação pós-resultado mais transparente via WhatsApp e ampliação do número de vagas ofertadas, contribuindo para reduzir o desperdício de recursos públicos associado às desistências no programa CNH Social-ES.

PESQUISA 9

Título: Avaliação da Eficiência Financeira e Operacional das Controladorias-Gerais dos Estados e Tribunais de Contas Estaduais no Brasil

Proponente: Felipe Storch Damasceno

Discente (bolsista): Isadora Gava Dimas

Agência financiadora: Fapes

Resumo:

A atuação das Controladorias-Gerais dos Estados (CGEs) e dos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs) é fundamental para assegurar a legalidade, a eficiência e a economicidade na gestão dos recursos públicos no Brasil. Apesar de sua relevância institucional, ainda são escassos os estudos que mensuram objetivamente a eficiência operacional desses órgãos de controle externo e interno, sobretudo em perspectiva comparada e de longo prazo. Diante dessa lacuna, o presente projeto de Iniciação Científica teve como objetivo geral avaliar a eficiência financeira e operacional das CGEs e dos TCEs no exercício das funções de controle, auditoria e fiscalização nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, no período de 2014 a 2024. Para tanto, foi construída uma base de dados, reunindo sete indicadores de estrutura e resultado — Orçamento Executado, Número de Funcionários, Processos Julgados, Produtividade, Multas Aplicadas, Recuperação de Recursos e Auditorias Realizadas — além de variáveis socioeconômicas de contexto (PIB per capita, IDH, população e inflação), extraídas dos relatórios institucionais das CGEs e dos TCEs e de fontes oficiais como o IBGE. A pesquisa adotou abordagem quantitativa, de natureza aplicada e caráter descritivo-exploratório, com tratamento estatístico dos dados por meio de estatística descritiva, análise de correlação e padronização das variáveis por diferentes bases de comparação — valores absolutos, per capita populacional e por número de funcionários —, complementada por representações cartográficas (mapas coropléticos) para identificação de padrões espaciais de distribuição entre os estados. Os resultados evidenciaram que, em valores absolutos, os TCEs superam as CGEs em todas as variáveis analisadas, com destaque para Processos Julgados (razão de até 134 vezes), refletindo diferenças de competência institucional entre os dois tipos de órgão. A padronização pela população revelou um efeito de economia de escala, no qual estados menos populosos (Acre, Roraima e Amapá) passam a apresentar os maiores indicadores per capita, invertendo o padrão observado nos valores absolutos. Já a padronização pelo número de funcionários — eixo central dos resultados discutidos neste relatório — revelou um achado inédito: em Recuperação de Recursos e Auditorias Realizadas, a eficiência por servidor da CGE supera a do TCE (razão TCE/CGE de 0,59 em ambas as variáveis), sugerindo uma possível especialização de eficiência das Controladorias nessas frentes específicas de controle interno. Identificou-se, ainda, forte correlação (superior a 0,90) entre a maioria das variáveis em valores absolutos, atribuível a um efeito de escala institucional no qual Orçamento Executado e Número de Funcionários atuam como fatores dominantes, além de outliers relevantes na variável Produtividade em três estados (Rio de Janeiro, Roraima e Amapá), que demandam investigação metodológica adicional em etapas

futuras da pesquisa. Os achados contribuem para o fortalecimento da governança, da transparência e do controle social, oferecendo uma base de dados estruturada e replicável para estudos futuros sobre eficiência institucional no setor público brasileiro.

PESQUISA 10**Título:** Cultura Pop e Consumo Impulsivo: Influências Hedônicas em Jovens Universitários**Proponente:** Walter Solto de Souza**Discente (bolsista):** Alice Viana;

Joice Rocha Lima.

Agência financiadora: CNPq e Fapes**Resumo:**

A cultura pop, representada por manifestações como K-pop, dorama, animes e moda, tornou-se para os jovens uma forma de construção de identidade e pertencimento, o que os expõe a estímulos constantes de consumo, como lançamentos, edições limitadas e redes sociais. Este estudo analisa como desejo e paixão, impulsividade, materialismo e automonitoramento influenciam a compra por impulso de jovens consumidores de cultura pop, considerando o hedonismo como variável moderadora dessas relações. Trata-se de pesquisa aplicada, quantitativa, de caráter descritivo e explicativo, que combinou levantamento bibliográfico de 49 obras nas bases Scopus, Web of Science, Spell e SciELO com a proposição de um modelo teórico composto por sete construtos e nove hipóteses. Os dados, provenientes de estudo vinculado, foram coletados por questionário on-line com escalas validadas, entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, resultando em 208 respostas válidas, analisadas por modelagem de equações estruturais com mínimos quadrados parciais (PLS-SEM). O modelo apresentou qualidade psicométrica satisfatória e explicou 62% da variância da compra por impulso. As nove hipóteses foram confirmadas: a cultura pop exerceu o maior efeito do modelo sobre desejo e paixão ($\beta = 0,56$); impulsividade, desejo e paixão e materialismo elevaram a compra por impulso, enquanto o automonitoramento a reduziu; e o hedonismo intensificou os efeitos emocionais e enfraqueceu o autocontrole. Conclui-se que a compra por impulso nesse contexto resulta da interação entre emoção, símbolos, disposições individuais e prazer. O estudo contribui para uma lacuna pouco explorada no Brasil e oferece subsídios para práticas de marketing responsável e ações de educação financeira voltadas ao público jovem.